# DEMOCRACIA VIVA

*Abelardo F. Montenegro*
(Da Associação Internacional
de Ciência Política)

## I

Rudyard Kipling, num de seus livros, pergunta:
"As coisas que vi desde que o vapor e eu nascemos, não me deixam dúvida sôbre as máquinas, mas sôbre os homens?"

Essa dúvida kipliguiana sôbre os homens dissipar-se-ia se fôsse praticada, em sua plenitude, a democracia viva e dinâmica.

David Lilienthal mostra-nos as vantagens e as desvantagens da Ciência e da Técnica a serviço do Poder (1).

O Poder utiliza a Ciência e a Técnica em proveito próprio. Nêsse caso, a influência dessas fôrças será maléfica para a coletividade. Desde, porém, que o Poder as utilize em têrmos de bem comum, haverá o fortalecimento das instituições democráticas.

Jonathan Swift, em "Viagem a Brobdingnag", assevera que "quem conseguisse fazer nascer duas espigas de milho ou duas fôlhas de capim em um trato de terra onde antes só nascia uma, seria digno de mais consideração e prestaria serviço mais importante à sua pátria do que tôda a grei de políticos reunidos".

A democracia, portanto, para ser a forma de govêrno amada pelo povo, precisa provar que é capaz de promover o bem estar coletivo.

E como provará ela a sua eficiência?

Respondemos com Lilienthal: pondo-se em marcha, isto é, aumentando a renda do povo por meio de transformações

(1) David Lilienthal, "TVA-A Democracia em Marcha", Rio, 1956.

materiais e espirituais, e, ainda, mantendo a fé nos princípios básicos: o da capacidade do povo governar-se e o de escolher os seus líderes.

Georges Burdeau observa que a civilização industrial aviltou o homem em virtude das péssimas condições materiais de vida. Ao mesmo tempo, porém, revelou ao homem que podia dominar as fôrças naturais e as fôrças sociais por meio da ciência e da técnica que, de escravizadoras, passavam a libertadoras. E o cientista político conclui que a técnica de libertação é a técnica política, a utilização do Poder, implicando essa assertiva na transcendental importância da ciência política.

A democracia, diz Thomas Mann, é uma idéia, mais ligada à vista e à ação. Não haverá democracia se pensamento e realidade, inteligência e vida não sintonizam.

Não se impõe a democracia pela violência, nem a fé na democracia se assemelha à fé religiosa.

Para que um homem tenha fé na democracia é preciso que sua inteligência seja conquistada por algo positivo. É necessário que êsse homem verifique que a democracia é capaz de elevar o grau de prosperidade da coletividade.

O ministro William O. Douglas diz que se não pode deter o comunismo apenas com palavras como Democracia e Paz. O comunismo só pode ser combatido eficazmente por meio de um programa de ação política.

É êsse programa de ação política que vai provar a eficiência da democracia e desestimular aquêles que, desesperados, desejam pagar pela libertação da miséria o elevado prêço da renúncia total da liberdade individual.

O que a ciência e a técnica podem realizar quando a serviço da democracia viva, dinâmica, de base, diz-nos a experiência da TVA narrada admiràvelmente por David Lilienthal.

As riquezas, indubitàvelmente, são criadas pelas aptidões técnicas dos homens, mas devem redundar em proveito de todos.

Tôda política de desenvolvimento econômico deve ser orientada no sentido de beneficiamento do povo e não de minorias privilegiadas.

E, ainda mais, baseado na experiência da TVA, podemos dizer que essa política de desenvolvimento só terá êxito se contar com a participação ativa do povo.

O clima de industrialização, criado em bases democráticas, transforma a mentalidade. Se não vierem de fora, o povo instalará as próprias indústrias.

A técnica e a ciência, a serviço de uma democracia viva, operam milagres. A eletrificação realiza a diversificação. A monocultura cede lugar à policultura.

Na democracia viva, povo e govêrno estão indissolùvelmente ligados na colimação dos objetivos comuns. Indústria, agricultura e comércio não se alheiam das realidades municipais.

A política, na democracia viva, não interfere no campo da técnica. A seleção do pessoal técnico, por isso, não sofre restrições político-partidárias. Se o engenheiro é capaz de realizar o empreendimento, de fazer o projeto, não interessa saber se pertence ao PSD ou à UDN.

Do mesmo modo, quanto aos locais escolhidos. A escolha deve obedecer a condições técnicas e não a injunções político-partidárias.

A administração executa as normas fundamentais traçadas pela política, na democracia viva.

A política partidária não penetra na TVA. Na França, o Plano Monet foi elaborado à margem do mecanismo constitucional.

Não haverá, na democracia viva, classes privilegiadas, nem mesmo a dos administradores, cuja ascenção em alguns países foi ressaltada por James Burnham.

Uma das personalidades do após guerra (1939-1945), é a ânsia de desenvolvimento por parte dos países. Não é mais possível estorvar essa marcha.

Nenhuma forma de govêrno, no nosso modo de pensar, é mais capaz de sintonizar com êsses ânseios eleuteriológicos do que a democracia viva. Eis porque Georges Burdeau declara que a democracia é só uma forma de govêrno e, como tal, objeto da ciência política; mas, que ela é, também, a resposta para a pergunta feita por aquêles que desejam uma vida melhor.

A democracia viva é a democracia social realizada pela democracia política. No campo econômico, a democracia viva peculiariza-se pela função social da propriedade, pelo planejamento ou programação da riqueza em proveito do povo e por outras medidas em que o interêsse geral prepondera sôbre o interêsse particular.

## II

Georges Burdeau traça um paralelo entre a democracia governante e a democracia governada, afirmando que a primeira corresponde ao regime fundado sôbre a real vontade do povo, enquanto que a segunda corresponde ao regime fundado no poder da nação. (2)

Na democracia governada, há o problema dos melhores escolhidos pelo povo. Prepondera o liberalismo econômico. Na democracia governante, há o govêrno dos mais numerosos e mais fortes. Predomina o intervencionismo.

A democracia governante de Burdeau está mais perto da democracia social que, no dizer do cientista francês, estabelece entre os indivíduos uma igualdade de fato que a igualdade teórica é impotente para assegurar.

É a antítese entre a democracia liberal e a democracia social. Na primeira, a liberdade política chofra-se com a condição do indivíduo, anulando-se

Na democracia liberal, o homem não considera a política vital, enquanto na democracia social o homem pensa em melhorar de vida por meio da ação política.

As massas trabalhadoras sabem que, sem a atividade política, não seria possível a conquista das vantagens no setor salarial e no setor das próprias condições de vida.

A prática da democracia social depende do grau de maturidade política do povo, isto é de sua compreensão dos princípios básicos do regime. E essa compreensão só pode surgir quando há condições econômicas e sociais propícias, concretizadas na igualdade de oportunidade para todos.

Quando há essa maturidade política, a democracia social se afirma pacìficamente. Aí está a democracia eficaz dos países escandinavos de que fala Gunnar Heckscher. O *securismo* escandinavo foi conquistado por meio da democracia política. (3)

A atividade parlamentar escandinava não se peculiariza pela verborragia latina. Como observa Heckscher, os parlamentares dão preferência aos detalhes concretos, ao invés de se perderem na discussão das questões ideológicas.

---

( 2) Georges Burdeau, "Traité de Science Politique" — Tomo IV, Paris, 1952.

( 3) Gunnar Neckscher, "Démocratie efficace" — Paris, 1957.

Aí está a democracia inglêsa. O Partido Trabalhista pugna por transformar o Parlamento de "instrumento manejável por obstrucionistas" em "mecanismo eficiente de elaboração de legislação destinada a facultar ao Govêrno os meios necessários para fazer vigorar o seu programa de ação".

Stafford Cripps atribui as ditaduras do século XX à incapacidade dos processos democráticos vigentes no século XIX de se adaptarem às novas condições sociais e econômicas, urgindo, por isso, a criação de novos mecanismos de govêrno. (4)

O líder trabalhista, estudando as relações entre o poder político e o poder econômico, declara que êste último, quando nas mãos de uma minoria, pode alterar os rumos da política nacional em seu próprio benefício. Uma ação extraparlamentar pode destruir o poder político.

Os trabalhista inglêses lutam pelo direito dos trabalhadores participarem na elaboração das normas regulamentares do próprio trabalho. Os trabalhadores inglêses não se sentem como simples dente de engrenagem, mas como participantes da democracia social. A política assume, então, como reconhece Harold Clay, um novo significado.

Nas democracias escandinava e inglêsa, os partidos que pugnam por nova ordem social e econômica condenam os métodos revolucionários e recomendam os processos constitucionais.

É verdade que Burdeau tem razão quando considera "grave pusilanimidade reduzir a problemas de técnica constitucional as profundas dificuldades que deparam o estabelecimento e o funcionamento leal de um regime democrático". Não resta a menor dúvida que essa técnica jurídica só terá êxito se a coletividade aderir às soluções que ela oferece.

A democracia ocidental difere da monocracia popular. Enquanto a primeira é regime de poder aberto e pluralista, a segunda é regime de poder fechado, não admitindo divergências quanto ao ordenamento da vida coletiva.

No nosso século, os povos estão se libertando. As colônias transformam-se em nações independentes. As populações indígenas conquistam direitos políticos. O Império Britânico fornece-nos exemplos eloqüentes. São povos que obtém estatutos políticos. Outros familiarizam-se com a política e a ad-

( 4 Stafford Cripps, "Problemas de Govêrno Socialista" — pág. 7 — Bahia, 1956.

ministração. Há cada vez maior participação de povos no Govêrno.

Em face de tudo isso, não se pode deixar de reconhecer a importância da ciência política. (5)

Ocorre que, às vêzes, a democracia política é adiantada, mas a ciência política não acompanha a mesma linha ascendente. Gunnar Heckscher afirma que a sociologia política e a estasiologia estão pouco desenvolvidas nos países escandinavos, onde a democracia atingiu notável grau de aperfeiçoamento.

Depois da Grande Guerra nº 2, mais dilatados horizontes se abriram aos cientistas políticos que foram chamados para integrar comissões consultivas e delegações e ocupar postos executivos.

Na opinião de William Hobson, o cientista político vem concorrendo mais assìduamente com seu saber especializado para a melhor organização da comunidade nacional e das relações internacionais.

A ciência política, entretanto, só encontra campo para seu desenvolvimento numa sociedade democrática. Diz Nelson de Sousa Sampaio que "se o destino político de cada qual já se encontra pré-traçado pelo sangue ou pelo nascimento, pouco se interessarão pela ciência política. Quando, porém, os postos de mando podem ser alcançados por qualquer cidadão, pelo mérito pessoal ou pela arte de conquistar a preferência dos eleitores, então o conhecimento da vida política passa a ser olhado como útil instrumento de orientação na vida pública".

Numa democracia viva, há vital interêsse no estudo e desenvolvimento da ciência política, mesmo porque é da ação política que depende a própria subsistência da modalidade da forma de govêrno.

## III

O tipo de democracia compatível com os tempos novos é aquêle em que o homem dispõe de oportunidade para a plena realização de suas virtualidades como ser humano.

A natureza humana, no dizer de John Stuart Mill, não é máquina montada para executar todo o serviço, mas árvore que precisa crescer como coisa viva.

---

( 5) Abelardo F. Montenegro, *Revista de Direito Público e Ciência Política,* vol. 2 nº2 págs. 205-239 — Rio, 1959.

O homem tem aperfeiçoado muita coisa. Êle, porém, só se afirma como rei da Criação quando se auto-aperfeiçoa.

Ora, um dos objetivos daquele tipo de democracia compatível com o espírito de tempo é o desenvolvimento da personalidade, o uso eficaz das pontencialidades individuais.

Assim sendo, Lewis Mumford e Max Follet acertam quando consideram o auto-govêrno, o auto-respeito da pessoa humana e o valor individual como o verdadeiro fundamento da sociedade democrática.

O homem é uma personalidade e não simples parafuso de máquina. Eis porque o sentimento de dignidade pessoal, oriundo do auto-determinismo, concorre para aumentar a atividade individual.

As observações de Ordway Tead, tomando como objeto a sociedade norte-americana, constituem verdadeira exaltação do tipo de democracia que se coaduna com a nossa época. Democracia tridimencional — econômica, política e social — que atende aos anseios humanos de segurança e liberdade, livrando o homem do temor e do constrangimento e permitindo-lhe fecunda manifestação de iniciativa pessoal.

A concepção que Tead tem de democracia é profundamente dinâmica. A democracia surge como um processo criador de condições para a feliz eclosão da personalidade humana.

Dentro dessa concepção dinâmica, há interêsse na integração ótima da pessoa humana no grupo, porque só assim haverá aumento do índice de produção individual.

O simples avanço técnico não dará à democracia a capacidade ou o poder de realizar com felicidade aquela integração ótima. Teríamos uma democracia frustada, porque a democracia é aquela em que o aperfeiçoamento da personalidade acompanha o avanço econômico-político.

A técnica sòzinha não leva o homem ao caminho da felicidade, porque o homem será, apenas, um escravo da máquina. Não passará de uma unidade da *mass production.* O que caracteriza o benefício das Companhias a seus empregados é a capacidade de enriquecer-lhes a personalidade.

Estudando o descontentamento, a inquietação e a tensão reinantes na vida norte-americana, Ordway Tead afirma que a causa reside no "senso de discrepância geral, senão de absoluta frustração, decorrente da diferença entre nossas crenças democráticas e sua confusa e inconsistente expressão".

Urge harmonizar as fôrças econômicas com as aspirações igualitárias, dentro da dinâmica concepção de democracia de Tead.

Quando há democracia? Há democracia, responde Tead, quando, na vida comum, temos: a) respeito real pela integridade, dignidade e merecimento de cada um; b) consentimento geral dado livremente; e) responsabilidade assumida conscientemente na luta pela colimação dos objetivos comuns; d) possibilidade de desenvolvimento criador do indivíduo.

Democracia política, na opinião dos pensadores do século rídica específica, motivo por que os problemas defrontados pelos cidadãos são problemas jurídicos por excelência. (6)

A democracia é, por isso, incompatível com o Estado de Fôrça e compatível com o Estado de Direito. Não é possível desenvolver-se plenamente a personalidade num regime totalitário. O Estado poderá, dentro de seu dirigismo educacional, forner técnicos em série. A personalidade dêles será, porém, incompleta. Faltar-lhe-á a dimensão da liberdade.

Democracia política, na opinião dos pensadores do século XIX, supõe um modo racional de ver a política, observa Bárbara Wootton. "Se por desgraça, acrescenta, fica demonstrado que os homens e as mulheres não podem alcançar o grau de racionalidade exigido pela democracia política, a resposta ao problema não deveria ser que uma democracia moderna os tratasse como são, isto é, como sêres irracionais, mas que é impossível uma sociedade democrática livre". (7)

Naturalmente que nem todos os povos podem praticar a democracia plena igualmente. É óbvio que a sua prática esteja na dependência do grau de cultura e civilização de seu povo.

## IV

Lêda Boechat Rodrigues dá-nos um bom roteiro para conhecer o pensamento vencido e o pensamento triunfante no concernente às liberdades democráticas e aos direitos individuais na pátria de Lincoln. (8)

---

( 6) Jerome Hall, "Democracia e Direito", pág. 3 — Rio

( 7) Bárbara Wootton, "Libertad con Planificación", pág. 44, México, 1946.

( 8) Lêda Boechat Rodrigues, "A Côrte Suprema e o Direito Constitucional Americano", Rio, 1958.

O Juiz Warren afirma que não se deve condenar a simples não ortodoxia ou discordância dos *mores* predominantes. A ausência dessas vozes seria sintoma de grave doença social.

O Juiz Black assevera que a Primeira Emenda prevê a única espécie de sistema de segurança capaz de preservar um govêrno livre, o que possibilita ao público caminho aberto para favorecer, discutir, advogar ou incitar causas e doutrinas, por mais nocivas e antagônicas que tais opiniões pareçam aos demais.

O Juiz Jackson, em certos casos, não é tão liberal como Warren e Black. Entende êle que se não trata de escolher entre a ordem e a liberdade, e sim entre a liberdade com ordem e a anarquia sem ambas. Pode haver o risco de converter-se a Declaração de Direitos num pacto suícida.

A sobrevivência da ordem capitalista e do *american way of life* levou a Suprema Côrte, por maioria de votos, a decidir contra uma interpretação muito liberal da Primeira Emenda.

Ora, se nos Estados Unidos, onde a democracia é mais punjante, a extrema esquerda teve a sua liberdade cerceada e restringida, não é de surpreender que mais fortes restrições sejam impostas ao partido comunista em países polìticamente menos amadurecidos.

O problema é delicado, sem dúvida. Vamos, porém, discutí-lo sem temor.

Maurice Duverger declara que a liberdade coincide com o regime de partidos. Pelo menos, é o que se observa nos países cultos e civilizados. Só então, a liberdade formal se transforma em liberdade real. Essa transformação se opera quando as massas populares ingressam na vida política, colaboram nas instituições políticas.

Os direitos políticos sempre foram os mais cobiçados pelas massas, pois lhes permitem a conquista do Poder, a utilização do Estado em proveito delas.

A democracia de massas, que é o tipo de democracia do século XX, peculiariza-se pela liberdade real de todos.

Se a democracia de massas implica na existência de partidos, pode-se afirmar que o partido comunista contribui para a existência da democracia e que a proibição de seu funcionamento implica em golpe mortal na democracia?

Apreciando as fôrças sociais agrupadas nos partidos, dentro em uma linguagem de geografia parlamentar, estão

elas aglutinadas no centro, na esquerda e na direita. A supressão do partido comunista reforçaria os elementos conservadores e romperia o equilíbrio que assegura o mínimo de liberdade a cada porção do povo. Seria propiciar à direita o meio de paralizar a esquerda, como reconhece Duverger. A verdadeira democracia, por isso, deve admitir fôrças ao centro, à esquerda e à direita.

Há democracias em que o centro faz o jôgo político, ora utilizando as fôrças esquerdistas, ora as fôrças direitistas. Os partidos centristas alimentam-se dessa *esperança secreta.*

Qual o meio democrático de combater as extremas e salvaguardar os princípios da democracia?

O regime democrático deve enfraquecer o partido extremista não só por métodos de repressão policial, mas também e, principalmente, pela transformação da infra-estrutura econômica e social, pois, quanto mais preponderar o lado negativo do regime, mais as extremas atraem e mais se desagrega o centro.

Há, entretanto, democracias tão débeis que se suicidariam se porventura levassem às últimas conseqüências a defesa das liberdades dos extremistas que são, no dizer goetheano, aquêles apóstolos que reclamam o poder só para si mesmos. Pedir liberdade para si e depois recusá-la aos demais é despotismo, na definição de Laboulaye.

## V

Que é democracia popular? Quais são as democracias populares? Tornam elas o poder soviético vulnerável? Constituem elas grandes focos de descontentamento?

Embora não tenhamos percorrido os países que ficam por trás da chamada cortina de ferro, tentaremos dar a devida resposta às perguntas formuladas.

Democracia popular é o regime introduzido, sob influência soviética, em alguns países da Europa e da Ásia, e que se caracteriza, no dizer de G. Dimitrov, por franca colaboração, ajuda mútua e amizade entre o país e a União Soviética.

Êsse regime foi introduzido inicialmente na Mongólia Exterior, e, depois, na Polônia, Checoslováquia, Hungria, Rumânia, Bulgária, Albânia, China e Coréia do Norte.

Qual a posição da Iugoslávia? Ora, todos sabem que Tito e Stalin romperam espetacularmente, resultando isso no afastamento da Iugoslávia do bloco soviético e perdendo a característica de democracia popular na acepção dimitroviana: a de amizade com a chamada pátria do socialismo.

As outras peculiaridades da democracia popular são a direção da classe operária, anti-imperialismo e a transição na via do socialismo.

Nas democracias populares, a URSS é considerada modêlo e fator determinante de tudo o que ocorre.

As democracias populares, de certo modo, são exploradas em benefício da URSS. O poder de compra dos cidadãos das primeiras é diminuído em benefício dos cidadãos da última.

Ocorrendo a exploração dos fracos pelo forte, a Iugoslávia reivindicou via própria e original para o socialismo, verificando-se, então, o sensacional rompimento, motivo por que não pode ser considerada democracia popular.

Assim sendo, a pátria de Tito integrou-se na comunidade ocidental, mas não fêz, para isso, concessão ideológica fundamental.

Antes de responder às duas outras perguntas, passemos uma vista pelas democracias populares.

Antes da sovietização dêsses países, só na Checoslováquia o partido socialista era forte. Os demais partidos não passavam de blocos de elementos heterogêneos que sustentavam o trono ou o ditador. O regime político era quase sempre autoritário, sem base popular real e apoiado no exército, na aristocracia e no capital.

A Europa Ocidental não favoreceu a formação de capital técnico nêsses países que, antes da Grande Guerra nº 2, se situavam entre duas grandes potências dotadas de irrefreável dinamismo expansionista.

Nesses países, carecedores de investimentos para o desenvolvimento econômico, a vida era, ainda, dificultada pelas incoercíveis tendências irredentistas das minorias nacionais.

Antes de 1939, as massas trabalhadoras dêsses países e parte expressiva da intelectualidade ansiavam por uma renovação social e econômica capaz de proporcionar melhoria do nível de vida.

Sendo pouco numerosos e pouco eficazes, não eram os partidos comunistas que inspiravam a evolução pública, que se forjava no fragor das lutas e reivindicações promovidas pelos setores descontentes das populações.

A Grande Guerra nº 2 veio oferecer oportunidade aos aludidos países europeus de se democratizarem. Foi aí, então, que a União Soviética deliberou aproveitar o ensêjo e alargar a sua zona de influência, prestigiando, com sua fôrça militar de ocupação, os partidos comunistas inexpressivos.

Surgiu, nos países ocupados, uma nova classe dirigente. A massa proletária organizava-se dentro de esquemas de uma classe burocrática, de modo despótico e não espontâneo, sob o contrôle de Moscou. As velhas classes dirigentes esclerosadas não tinham os quadros renovados com a natural admissão de elementos de outras classes sociais, dentro da concepção paretiana de circulação de elites

A zona de influência soviética cresceu sensìvelmente, aumentando as responsabilidades do PC soviético.

Com a Grande Guerra nº 2, as massas operárias e camponêsas dêsses países conquistaram certas vantagens. Evoluiram social, política e econômicamente, não havendo, assim, mais condições para o restabelecimento da situação anterior. Os problemas do desenvolvimento das democracias populares passaram, dêsse modo, a constituir problemas da URSS.

Em relação a essas democracias populares, a URSS naturalmente não exerce a crítica que costuma fazer às áreas subdesenvolvidas sob a influência das nações ocidentais.

Em todos êsses países sovietizados, é inegável o progresso material. Falta-lhes, porém, a liberdade por cuja conquista tanto sangue tem corrido nêles.

## VI

Seria a crise da Democracia, antes de tudo, uma crise do Poder Legislativo?

Georges Langrod afirma que, por todo o ocidente europeu, se compreende a incapacidade do Parlamento de isoladamente desempenhar-se de sua missão legislativa. (9)

( 9) Georges Langrod, "O Processo legislativo na Europa Ocidental", Rio, 1954.

Harvey Walker assevera que os legisladores não têm o monopólio das questões sociais, motivo por que as leis novas podem ser de iniciativa tanto do Legislativo como do Executivo. (10)

O Parlamento britânico compreende que, hoje, a sua missão consiste menos no trabalho legislativo pròpriamente dito do que na fiscalização e direção da política geral do Govêrno.

Como acentua Osvaldo Trigueiro, para resistir às mudanças dos tempos, o Parlamento inglês se despoja cada vez mais dos encargos legislativos. Daí a elaboração dos textos legislativos pelos departamentos governamentais sob a orientação de *experts*.

O Congresso norte-americano dá mais importância ao contrôle político e financeiro do Govêrno.

Não resta dúvida que, de certo modo, o objetivo legiferante do Congresso prepondera nos países de direito escrito, enquanto tal finalidade não goza de primazia nos países em que o regime jurídico se alicerça no *common law*.

Naturalmente que, aqui, estamos levando em conta, apenas, o caráter de preponderância, pois sabemos que o Poder Legislativo teria que perder o próprio nome se deixasse de ser órgão elaborador dos textos legislativos.

Os constitucionalistas consideram o Congresso, atualmente, o órgão crítico da ação governamental. Na expressão de Churchill, é o grande fôro de debate, onde os representantes do povo exercem ação crítica e se transformam em porta-vozes da opinião pública.

Dentro da linha evolutiva, o Congresso foi órgão elaborador dos textos legislativos, passou, a seguir, a elaborador de leis e controlador do govêrno e, por último, se transformou em elaborador de leis e fôro de debate.

Nessa evolução, observa-se o aumento das responsabilidades políticas do Parlamento e dos encargos legislativos do Executivo.

Os povos precisam, portanto, de acôrdo com o seu grau de desenvolvimento político, aperfeiçoar o processo legislativo, enriquecendo-o de novas técnicas.

---

(10) Harvey Walker, "O Congresso Americano e o Parlamento Britânico", Rio, 1954.

O Parlamento, não resta a menor dúvida, constitui fôrça real que cria a transforma o direito constitucional, como reconhece Eric Kaufmann.

Osvaldo Trigueiro tem tôda razão quando assevera que um poder legislativo cônscio de seu papel é o signo específico da verdade na democracia.

Se perdominam pontos-de-vista ortodoxamente partidários, se não prevalece o critério seletivo na escolha dos membros do poder legislativo, entrará êste, conseqüentemente, em crise, refletindo isso na própria democracia. Eis porque se considera a crise do Poder Legislativo como uma crise da Democracia.

O partido político é órgão imprescindível num govêrno democrático sôbre cujos podêres exerce vigilância e contrôle. Não concorrerá, porém, para o aperfeiçoamento da democracia se o seu critério seletivo fôr negativo, se na escolha dos candidatos a cargos eletivos prevalecer o critério financeiro ou outro qualquer que não seja o da escolha do homem certo para o lugar certo.

## VII

Certa revista francesa observava, há muitos anos, que o que falta na América Meridional não são literatos, mas a propagação da instrução primária.

"Os descendentes de espanhóis e índios são de uma ignorância tal que são incapazes para tudo: faltos de cultura espiritual, de poder para entregar-se aos trabalhos de que carece o desenvolvimento da civilização; nêsses países a inércia física engendra a do espírito e é mais difícil fazer compreender a necessidade da instrução primária do que dá-la àqueles que a desejam."

A observação da revista gaulesa já havia sido feita por vários espíritos cultos e emancipados.

Na Argentina, Sarmiento, que, por vocação e simpatia, se conservou mestre-escola a vida inteira, salientava que "a instrução popular é uma instituição completamente moderna, nascida do cristianismo, convertida em direito pelo espírito democrático da sociedade atual".

Sarmiento preocupava-se com o atrazo de nosso continente. Na sua opinião, a principal causa dessa retaguarda

cultural "é a falta da instrução, de educação reinante na massa dos habitantes, para que seja cada um centro de produção, de riqueza, de resistência inteligente contra os bruscos movimentos sociais, de instigação e freio ao Govêrno".

A pujança da democracia norte-americana deve-se, em grande parte, à educação e à instrução do povo. Um de seus Presidentes — Garfield — chegou mesmo a afirmar que custam menos as escolas do que as revoluções.

Eaton — um de seus funcionários graduados — declarou: "Se um exército inimigo ameaçasse nossas fronteiras, a nação em pêso se levantaria em armas. Mas batalhões de inimigos ainda mais terríveis ocupam já nossas cidades e campos: o grande exército da ignorância avança sempre mais cerrado e mais invencível".

Horácio Mann — o esplêndido apóstolo da educação — assim se expressava: "O homem que não desenvolveu sua razão com o auxílio dos conhecimentos que habilitam seu reto exercício, não é homem na plenitude e dignidade da acepção. A ignorância é quase um delito, pois pressupõe a infração das leis morais e sociais".

John Dewey — o filósofo da educação — em obra notável, prega a educação como *conditio sine qua non* da democracia.

Rui Barbosa constitui prova plena de que êsses sadios princípios, entre nós, foram bem compreendidos. Depois dêle e mesmo antes dêle, espíritos de escol verificaram que a educação e a instrução são de primordial importância para a existência e continuação das instituições livres. Concluiram que se não pode ser homem de Estado se não se consagra esforços à educação popular.

Os homens públicos mais esclarecidos reconhecem que a instrução do povo é a melhor salvaguarda política e que fora de sua área não há salvação.

Assim é que o Conselheiro Paulino dizia: "Sou dos mais rigorosos quando se trata de elevar as despesas públicas; mas não terei pena do que se gastar aproveitadamente com a instrução. É um empréstimo feito ao futuro que será pago com usura e cujos juros crescerão em proporção indefinida. A civilização do país, seja qual fôr o aspecto sob que a consideremos, tem por principal motor o adiantamento intelectual de tôdas as classes da população".

Não basta, entretanto, só alfabetizar. Há os que vão à escola primária por causas alheias à aplicação dos recursos por parte do Estado, sendo conveniente conhecê-las com a

maior exatidão, a fim de determinar os meios necessários para combatê-las de modo decisivo.

É sabido que a deserção escolar tem por causa a indigência das famílias. Compete, pois, ao Estado combater a miséria econômica, a fim de criar condições para a educação e a instrução.

## VIII

1 — A palavra democracia, como a palavra *nobre* de que fala Giovanni Sartori, serve para designar tudo. Ela tem sido tão diversamente definida que cria confusão no espírito do cidadão. A sua falta de precisão levou mesmo à atitude derrotista de sugerir-se o abandono de seu uso. (11)

Tocqueville já considerava como uma das provas da imperfeição das instituições humanas a possibilidade de tirar tôdas as conseqüências de seus princípios.

Hitler falava em democracia alemã e Mussolini referia-se à "pura forma de democracia".

O que faz falta, diz James Burnham, é chamar as cousas por seu nome exato. "Os movimentos políticos e sociais não são conhecidos por meio das palavras, mas da realidade, dos fatos, da conduta". (12)

Se a nossa época ama palavras novas para designar fenômenos bem conhecidos, como reconhece Jean Meynaud, usa também palavras velhas para designar fenômenos novos.

A democracia não é um fim em si mesmo, proclama Henry Maine, mas um meio para alcançar justiça, liberdade e progresso.

A ambigüidade, que resulta da luta política, é prejudicial, pois, na opinião de cientistas políticos, "as armadilhas semânticas não são nada úteis ao progresso social". (13)

A palavra democracia não tem o mesmo sentido aquém e além da Cortina de Ferro. Essa diferença, para Afonso Arinos de Melo Franco, dificulta o discernimento do grau de

(11) G. C. Field, "Teoria Política", pág. 98, Rio, 1959.
(12) James Burnham, "La Lucha por el Imperio Mundial", pág. 85, Madrid.
(13) C. Rodee e outros, "Introdução à Ciência Política" — vol. II, pág. 91, Rio, 1959.

aplicabilidade das normas preceituais. Pelo menos, a aplicação não é de acôrdo com o pensamento ocidental. (14)

Georges Burdeau assevera que o Estado possui duas formas de govêrno: uma válida para os catálogos e outra denominada conforme os métodos mutáveis dos dirigentes.

A explicação dessa duplicidade, atribui-a Afonso Arinos, à instabilidade política contemporânea que não permite à filosofia política exprimir seus valôres em têrmos de significação uniforme e aceitação pacífica. (15)

A duplicidade pode ser ainda explicada pela própria importância da democracia, pois, na assertiva de Kelsen, a democracia é tão importante que a filosofia de vida mais revolucionária não pode ignorar o indestrutível desejo de liberdade no homem. Até a doutrina bolchevista tenta fazer-nos acreditar que a democracia é o único valor a ser transportado da velha sociedade capitalista para a nova sociedade comunista. (16)

Seja a democracia um estereótipo ou não, o que se não pode negar é a diferença entre democracia tradicional e a chamada democracia popular. Como reconhecem cientistas políticos, as democracias populares não possuem as características que o grego consideraria correspondentes à democracia.

2 — Democracia, no conceito tradicional, diz Hans Kelsen, é a do Estado em que os podêres legislativo e executivo são exercidos pelo povo, direta ou indiretamente, e quando estão asseguradas, constitucionalmente, a liberdade e a possibilidade legal e real de formação de partidos políticos (17)

A democracia caracteriza-se pelo ênfase atribuída à liberdade e à igualdade. Cria condições para que o indivíduo proteja a sua personalidade contra o domínio externo, pois a liberdade está condicionada a essa proteção contínua.

A União Soviética realizou a industrialização à custa da liberdade política. Isso, diz C. Wright Mills, não altera o fato da industrialização. Modifica, porém, dentro do conceito kelsiano, a essência da democracia.

---

(14) Afonso Arinos de Melo Franco, "Curso de Direito Constitucional Brasileiro", vol. II, pág. 227, Rio, 1960.

(15) Afonso Arinos de Melo Franco, Obr. cit. pág. 224.

(16) Hans Kelsen, "Teoria Política do Bolchevismo", pág. 103 — Rio. 1958.

(17) Hans Kelsen, Obr. cit. págs. 12-13.

No conceito tradicional, democracia só existe quando as eleições giram não em tôrno de homens, mas de partidos, isto é, de grupos de homens reunidos em redor de um programa e unidos a serviço da doutrina. (18)

A democracia moderna difere da democracia antiga. A democracia direta ateniense constituia mais um privilégio, um dever político de participar da vida estatal. A democracia indireta moderna distingue-se pela proteção ao indivíduo em face do Estado.

A democracia serviu de instrumento de pequenos grupos. A democracia agrária não passava de um grupo de pequenos proprietários que viviam do trabalho próprio e que, nos ócios, se dedicavam a assuntos públicos.

Descobriram vantagens na democracia legal e desvantagens na democracia ilegal e ilimitada.

Fenimore Cooper, em "The American Democrat", assinala as seguintes vantagens: 1) eleva o caráter do povo; 2) reduz as instituições militares; 3) favorece a prosperidade nacional; 4) anima a realização da justiça natural; 5) tende a servir a tôda a comunidade ao invés de uma minoria; 6) é a forma de govêrno mais barata; 7) provoca menos tumultos populares; 8) concede mais respeito à justiça abstrata do que a aristocracia e a monarquia.

O mesmo autor mencionava as desvantagens da democracia ilegal e ilimitada: 1) destrói seus próprios fins; 2) converte a igualdade política em nivelação econômica; 3) a igualdade de oportunidade dá lugar à mediocridade; 4) invade o direito pessoal e o recolhimento individual; 5) substitui a justiça pela opção da massa.

Ortega y Gasset, T. E. Elliot, Wilhelm Roepke, Jean Marie Domenach, Karl Mannheim, Raul Ricoeur e Jean Lacroix, entre outros, chamaram a atenção para o fenômeno da massificação, da civilização da massa, da democracia massiva.

Da sociedade aristocrática à sociedade de massas, da civilização burguesa à civilização de massas, da democracia liberal à democracia de massas, há tôda uma supressão do humano, observa Milton Campos.

No Velho Mundo, operou-se, numa espécie de reação a êsse fenômeno de massificação, uma valorização da persona-

(18) André Philip, "L'Europe Unie et sa Place dans l'Économie Internationale", pág. 332, Paris, 1953.

lidade, da intuição vital e do existencialismo em face da técnica ou da tecnificação. É o que se observa nas obras de Husserl, Heidegger, Rilke, Bergson, Proust e Unamuno.

A democracia de massas não é a democracia liberal do século XIX. Não pode ser compreendida de acôrdo com a filosofia de Locke. Eis porque E. H. Carr, em "The New Society", afirma que se compreenderia melhor se, ao invés de se falar em defender a democracia, se falasse em criá-la.

3 — O Estado é democrático "enquanto a grande massa da população pode exercer influência positiva sôbre as decisões que constituem o trabalho do Govêrno". Influência que se verifica não só pelo voto, mas também pela manifestação da opinião pública formada. (19)

A essência do processo democrático é a discussão racional e livre. Não pode haver organização satisfatória da sociedade sem independência intelectual e tolerância.

O que interessa a todos deve ser por todos debatido livremente, pois é o debate que guia a mudança social.

Assim sendo, a liberdade de votar contra a situação é condição essêncial do Estado democrático. "O povo tem, no dizer de William Jennings Bryan, o direito de cometer os seus próprios êrros".

O diálogo democrático respeita valôres fundamentais, permitindo a crítica que ajuda a tomada de consciência e assinala os erros lógicos do raciocínio e as lacunas negligenciadas. (20)

Antípoda do Estado democrático é o Estado totalitário que, na definição do jesuíta Henri Chambre, é o que se propõe a escravizar o homem a interêsses particulares raciais ou de outra espécie, ou quando sua ação está a serviço de uma sociedade total que não reconhece valôres e competências fora de si.

O Estado totalitário é monopartidário e no sistema monopartidário o eleitorado não tem alternativa de escolha, de forma que a influência do povo nas decisões políticas é mínima ou nula. O sistema funciona com objetivos oligárquicos. (21)

---

(19) G. C. Field, Obr. cit. pág. 106.
(20) André Philip, Obr. cit. pág. 356.
(21) G. C. Field, Obr. cit. pág. 190.

4 — Os homens dão mais ênfase a valores tais como liberdade, tolerância, oportunidade, ou a valôres tais como segurança, serenidade e contemplação? (22)

R. Labrousse responde, quando diz que o homem atual já não crê nas imensas possibilidades da iniciativa individual e deseja trocá-las por um regime de segurança dentro da economia planejada. (23)

Não é possível transmitir fé democrática a um homem que, na sua existência diária, vive uma realidade que é contradição da democracia. Daí a necessidade da transformação da atmosfera psicológica da emprêsa, declara A. Philip. (24)

Essa sensação de insegurança é que leva as massas a darem mais valor ao comunismo e ao planejamento centralizado. Santo Tomás de Aquino disse que há um mínimo de bem estar material sem o qual é impossível a prática da virtude.

Defende-se a democracia tridimensional como fêz, entre outros, Emílio Frugoni. A democracia política vai sendo complementada pela democracia social e pela democracia econômica. O vocábulo democracia ganha amplitude em seu conteúdo, porque é como um rio que cresce com os caudais líquidos de muitos afluentes. (25)

Os marxistas vêem na discussão sôbre a ampliação da democracia, na sua dimensão econômica, a crise definitiva da democracia burguêsa. (26)

No século XIX, o liberalismo político e o liberalismo econômico orientavam o Estado e limitavam-no em face das liberdades individuais e das iniciativas econômicas.

A multiplicidade dos fins do Estado substitui a omissão dêste pelo intervencionismo no campo econômico-social. A produção, o comércio e o trabalho mereceram a atenção e a vigilância do Estado que nêles intervém. O eleitor, que se não considerava parte do aparêlho governamental, mas oponente a seus abusos, olha, agora, a administração na qualidade aliada. (27)

---

(22) David MacCrod Wright, "Capitalismo", pág. 305, Rio, 1959.
(23) R. Labrousse, "Perfil de la Democracia Moderna", pág. 136, B. Aires, 1956.
(24) André Philip, Obr. cit. pag. 346.
(25) Emílio Frugoni "Las Tres Dimensiones de la Democracia", pág. 32, B. Aires, 1944.
(26) Josip Broz Tito, "O Caminho Socialista da Iugoslávia", pág. 62, Rio, 1959.
(27) André Philip, Obr. cit. págs. 327-328.

A crise da democracia, em certos países, na opinião de André Philip, se originava justamente do conflito entre as concepções opostas de Estado liberal e Estado democrático intervencionista. (28)

A crise da democracia, para outros, deve-se, em parte, ao aniqüilamento, em grandes proporções, da classe média que lastreava a sociedade democrática.

O drama da democracia é o da "correspondência micrométrica entre a opinião pública e o govêrno constituído, entre a fidelidade rigorosa e a eficácia plena", de que fala Miguel Reale. (29)

5 — O destino da humanidade talvez dependa, no dizer de Kelsen, da decisão entre os dois processos: o da revolução e ditadura adotado pelo partido bolchevista na Rússia, e o da evolução e democracia adotado pela Inglaterra, por seu Partido Trabalhista. (30)

A democracia é delicada forma de organização política, sendo, por isso, a sua conquista lenta e difícil. A amplificação do corpo eleitoral na Inglaterra foi considerada por Disraeli um "salto na escuridão".

O filósofo político, que contempla a idéia pura, vê o mecanismo funcionando perfeitamente. O político militante, porém, conhece os obstáculos tremendos que deve vencer para que se aperfeiçoe a prática do regime.

O contacto das idéias democráticas com as realidades sociais nem sempre é confortador. A eficácia da doutrina política depende menos de seu valor teórico do que de sua adequação ao meio. É a estrutura social e psicológica das massas que condiciona a ideologia, adaptando-a às condições mesológicas.

Assim é que uma teoria socialista aplicada a um meio evoluído, como já se observou, leva a um socialismo democrático, e aplicado a um meio atrasado conduz a socialismo totalitário. Retomamos, aqui, aquela oposição entre a Inglaterra e União Soviética.

A democracia não é fórmula mágica que opera o sucesso ràpidamente. É produto de esfôrço coletivo. Quanto maior

(28) André Philip, Obr. cit. págs. 326-327.
(29) Miguel Reale, *Revista Brasileira de Estudos Políticos,* nº 7, pág. 11, B. Horizonte, nov. 1959.
(30) Hans Kelsen, Obr. cit. pág. 7

número de cidadãos conscientemente trabalha na realização de seus postulados, mais êxito será alcançado. E é participando dos negócios públicos que o homem vence o egoismo e adquire o senso de responsabilidade social. Ou, dito de outro modo, o interêsse pelos negócios públicos depende da oportunidade da participação efetiva na política.

— O cidadão deve aprender que a democracia não é só sistema ou forma de govêrno, mas filosofia da sociedade, concepção de vida. Eis porque o processo educativo deve dar ao homem os elementos suficientes para que êle se torne cidadão consciente, permitindo-lhe abeberar-se nas fontes de informação para a possível formação dos juízos.

Deve haver, portanto, educação para a cidadania. E, ainda mais, não basta ser *bom* cidadão é necessário que o cidadão saiba responder porque a democracia é a melhor forma de govêrno. Os cursos de ciência política, nesse caso, deveriam ser procurados principalmente como fonte de educação liberal. (31)

Na democracia indireta, o govêrno da maioria é exercido por uma minoria por ela eleita. Quanto mais selecionada a minoria, quanto mais capaz, mais saberá defender os legítimos interêsses da maioria.

O sucesso da democracia, dizem, depende do propósito de levar homens superiores para os cargos de direção.

Recomendou o marechal Montgomery, na Inglaterra, o sistema de seleção de jovens estudantes. Os mais aptos receberiam melhor educação, a fim de dotar-se o país de chefes competentes. A educação pública visaria à formação de líderes.

Essa seleção evitaria que o sistema democrático reduzisse a sociedade à organização semelhante à dos insetos, e atenderia ao reclamo de Tocqueville, que via, no estímulo das altas qualidades intelectuais e morais do homem, a grandeza da democracia.

## IX

Boulding afirma que o mundo caminha para a solução social-democrática, ou seja, a conciliação entre o capitalismo e socialismo.

---

(31) C. Rodee e outros, Obr. cit. vol. I, pág. 29.

No Brasil, observa José Luís de Almeida Nogueira Pôrto que, "se um político conservador pretende manter intactas suas idéias e suas convicções e traduzí-las em sua atuação no Congresso Nacional, certamente êle continuaria com suas idéias, muito coerentes e precisas, mais continuaria em casa, nunca no Congresso, pois que difícilmente para lá voltaria com o voto popular".

Na opinião do mesmo observador, "os governos, embora representando interêsses capitalistas, mesmo nos regimes burgueses, adotam providências e medidas que contrariam os interêsses da própria classe capitalista".

Assim sendo, "a denominação política do capitalismo só perdura porque êste se ajusta aos anseios populares, se amolda à opinião pública, se antecipa às aspirações e reivindicações operárias...; por que tem a coragem de sacrificar, no momento oportuno, algumas de suas exigências, para preservar o que é essencial ao regime".

Concluindo, assevera Nogueira Pôrto que merece sobreviver o capitalismo, que é capaz de realizar o ideal econômico de qualquer povo consistente em possibilitar a todos o acesso aos bens criados pela civilização e pela técnica.

Ora, um capitalismo que assim procedesse já seria um misto de capitalismo e socialismo. É isso o que caracteriza a fase de transição que atravessa o mundo.

Naturalmente que as concessões feitas pelo capitalismo não o foram tão espontâneamente. A liberdade econômica beneficiava a classe hipersuficiente em detrimento das classes hipossuficientes. Havia, porém, a liberdade política. E foi apoiada nela que as massas trabalhadoras lutaram contra os males advindos da liberdade econômica.

A situação mudou de tal forma que, em alguns países, as leis operárias ou de proteção foram adotadas por iniciativa governamental antes do que por pressão da opinião pública, como observa Georges Burdeau em relação a França.

Nessa fase de transição, nos países adiantados como a Inglaterra, as massas trabalhadoras estão organizandas e arregimentadas em partido político e é no seio do Parlamento que conquistam elas suas vitórias.

Em países atrasados como o Brasil, a fase de transição dá margem a explorações demagógicas.

Quando preponderava o clã eleitoral do fazendeiro, tudo era simples. Com a industrialização, urbanização e politização,

as massas trabalhadoras chocam-se contra a ordem social e econômica, ensanchando o surto de aventureirismo político

Roger Bastide diz que, no Rio e em São Paulo, o processo de urbanização atravessa aquela fase de desagregação dos laços tradicionais, cem que novas formas de participação social os tenham substituído. A massa não passa de justaposição de indivíduos não ordenados, à mercê dos *meneurs*. (32)

Foi nessa quadra que dominou Getúlio Vargas. Não tinha êle interêsse de organizar a classe média e o proletariado em sólidos partidos. Queria, apenas, transformar essas duas classes em clientela de tipo arcaico, a fim de se perpetuar no poder. Eis porque cria êle o DASP, que Charles Morazé e Roger Bastide consideram arma de guerra contra o coronelismo e uma maneira de conquistar a classe média. (33)

No período ditatorial, tratou Vargas de montar a sua máquina em benefício próprio. O Banco do Brasil foi utilizado para fazer favores; a Carteira de Redescontos para influir sôbre os bancos; as Caixas Econômicas e os Institutos de Previdência para favorecerem os amigos e negarem empréstimos aos inimigos; a CEXIM para permitir ou vetar importações; o DIP para controlar a imprensa, diz Eugênio Gudin.

Na quadra estadonovista, não houve paz social, nem revolução por consentimento nem interêsse de elevar o nível mental, moral e material das massas. O que houve foi corrupção generalizada.

O povo, na observação de uma Comissão de técnicos das Nações Unidas, segue o exemplo de seus dirigentes. Se êstes são reacionários, egoístas e corruptos, o povo perde a coragem e o espírito de iniciativa cêdo desaparece.

## X

James Bryce, quando estêve no Brasil, recordou Gilberto Freire em conferência na Universidade de Minas Gerais, ficou impressionado com a dependência do nosso desenvolvimento de líderes que agissem como estadistas. A jovem república brasileira dependia, sobretudo, do que, em inglês, se chama *statemanship*. (34)

(32) Roger Bastide, "Brèsil, Terre des Contrastes", Paris, 1957.
(33) Charles Morazé, "Les Trois Ages du Brèsil", Paris, 1954.
(34) Gilberto Freire, "Uma política transacional de cultura para o Brasil de hoje", pág. 39, Belo Horizonte, 1960.

A observação de Bryce permanece atual. O Brasil continua a depender de estadistas, de homens de larga visão nacional e internacional.

A ausência de homens "com um pé no futuro" e com acentuado senso de realidade, se justifica pela ausência de educação básica.

Em nosso país ainda não preparamos homens para dirigir a cousa pública. Não temos, em número suficiente, escolas de administração política. E das poucas que temos, os que delas saem formados não são bem aproveitados, nem prestigiados.

Essas deficiências e insuficiências são prejudiciais ao desenvolvimento nacional e ao fortalecimento de nossa democracia.

Ora, é cousa sabida que o govêrno do povo tem a sua base no desenvolvimento da inteligência, nas palavras de Rui Barbosa. Ou, como se expressa Eugênio Gudin, "só há um meio de melhorar a máquina política: é a educação das massas e a melhoria da qualidade dos homens elevados ao poder".

A educação não é só, na opinião de Locke, o traço diferencial entre os homens. Ela é o eixo da vida democrática. (João Simplício). E constitui a primeira, a segunda e a terceira parte da política. (Michelet).

Só após a educação política, o povo estará apto a administrar, sendo mais equânime a seleção de capacidade. Só, então, poderão brotar gênios políticos como os cogumelos. (35)

A democracia brasileira é, portanto, de tipo inferior, e nem poderia deixar de ser já que o nosso povo não desfruta de nível mental, moral e material suficiente e compatível.

Mesmo circunscrevendo-nos às elites, veremos que, entre nós, como observa Temístocles Brandão Cavalcanti, não há renovação na acepção paretiana. As nossas minorias só têm chance no processo normal de govêrno se abandonarem temporàriamente as posições.

No seio dessas elites, reina o mais desbragado personalismo. O deputado e o senador manifestam incoercível propensão para a personalização dos problemas. Cada um faz do problema "a fonte de seu prestígio político e de renovação do seu mandato" (Hermes Lima).

(35) Abelardo F. Montenegro, "Variações em tôrno da Democracia", pág. 13, Fortaleza, 1956.

Por motivos óbvios, as idéias democráticas, os fundamentos doutrinatários da democracia não se popularizam.

As minorias políticas dominantes quase nenhum interêsse tiveram de vulgarizar o conhecimento político, permanecendo, geralmente, no plano do oportunismo e do usufruto das vantagens materiais que lhes asseguravam o comando do barco estatal.

É verdade que no Império, no seio da minoria dirigente, havia quem tentasse praticar e defender o parlamentarismo. A atitude desses raros navegantes no mar profundo da ignorância nacional não podia realizar a vulgarização das idéias políticas. Não havia acústica para a voz dos oradores parlamentares. As massas esmagadoras de escravos e mestiços ignorantes não tomavam conhecimento do que se passava nas elevadas esferas da classe dirigente.

Antes da proclamação da República, no limitado âmbito das elites, surgiram idéias que iriam terçar armas na nossa primeira Constituinte republicana. Trata-se do liberalismo individual e jurídico de Rui Barbosa e do positivismo.

Em ambos há idealização utópica da realidade. Rui sairia triunfante na Constituinte, refletindo a Constituição de 1891 o seu pensamento jurídico liberal e individualista.

A glória de Augusto Comte, como ressalta Hermes Lima, consiste em pensar que "a síntese das ciências termina por uma explicação da história que, por sua vez, deve culminar na ação política e social". (36)

O positivismo, em nosso país, não assumiu as proporções de "profundo movimento político de opinião", nem "logrou o comando político". "Continuou, porém, na sua vocação apostólica e doutrinadora".

As tendências ditatorialistas do positivismo em sua projeção no campo político são conhecidas. Daí salientar João Camilo de Oliveira Tôrres a filiação de Charles Maurras ao comtismo. (37)

O positivismo lobrigava na república o estado final da evolução política da humanidade. Correspondia a república ao estado positivista, dentro da conhecida lei conteana.

---

(36) Hermes Lima, *Revista do Brasil*, nº 17 — Rio, nov. 1939.
(37) João Camilo de Oliveira Tôrres, "O Positivismo no Brasil", pág. 16, Petrópolis, 1957.

O positivismo influiu no setor militar e no setor civil. No primeiro, Benjamim Constant, no dizer de Vicente Licínio Cardoso, preparou o ambiente mental da República. Da Escola Militar, as suas idéias filosóficas e políticas estenderam-se ao exército.

A influência do positivismo no exército leva-nos ao contraste, dentro das fileiras, entre realistas e letrados, sendo ainda responsável, como reconhece Severino Sombra, pela paisanização do exército.

Nenhum Estado sofreu maior influência do positivismo do que o Rio Grande do Sul. O gaúcho pertencente à civilização do couro ou pastoril é individualista, autoritário e patriarcal, que são características da teoria política de Comte.

No primeiro ministério do Govêrno Provisório republicano, o gaúcho Demétrio Ribeiro defendeu as idéias positivistas em contraposição ao baiano Rui Barbosa que pugnou pelo liberalismo individualista.

Na primeira Constituinte, êsse antagonismo era onipotente. Júlio de Castilhos seria derrotado na Constituinte. No Rio Grande do Sul, porém, seria vitorioso.

A influência de Júlio de Castilhos far-se-ia sentir no pensamento político de Getúlio Vargas. Daí a semelhança já assinalada por Sobral Pinto entre a constituição de Júlio de Castilhos e a constituição de 10 de novembro de 1937.

Em nosso país, as minorias letradas vêm aplicando, em determinados momentos, as idéias progressistas, as idéias dominantes nos centros de cultura alienígena à nossa vida política.

A Constituição de 1891, no dizer de Oliveira Viana, resume o que havia de mais liberal nas correntes idealistas da época. A ideologia republicana dessa Constituição na assertiva do mesmo sociólogo, é uma mistura de democracismo francês e federalismo americano.

A mesma influência das idéias estrangeiras sofreram as constituições de 1934 e 1946. Em tôdas elas, porém, os interêsses das classes dirigentes não foram sacrificados pelos representantes de cérebros arejados.

Nos nossos dias, o que se observa é que os partidos extremistas procuram vulgarizar as idéias básicas de suas ideologias, enquanto que os partidos democráticos não se interessam em politizar os seus partidários.

Assim sendo, os inimigos do regime político dominante dispõem de armas mais eficazes na luta que travam, enquanto que os democratas estão, em sua maioria, mal aparelhados para o combate das idéias. Poucos conhecem a filosofia política em que se alicerça o regime democrático.

## XI

As palavras de John Henry Newman ganham universalismo: "O problema dos estadistas é ainda o de como educar as massas".

Há, ainda, o aspecto da manutenção do ordenamento consuetudinário da sociedade, ou da modificação da estrutura, da inovação.

Devemos continuar com o que aí está, infensos a qualquer mudança, ou será mais aconselhável renovarmos aquêle ordenamento?

Será uma burkeana prova de humildade cristã fazer declaração em favor da rotina? Haverá vantagens na propensão democrática para a incessante mudança? Idéia conservadora e instinto conservador são a mesma coisa? Simples mudança é reforma? Não será mais seguro a adesão ao velho e experimentado do que ao novo e não comprovado? Vale a pena dar caráter instituicional ao simples gesto de mudar? É a sociedade uma máquina que pode ser desmontada e remontada fàcilmente?

Cumpre, desde já, esclarecer que há um conservadorismo tradicionalista que repele tôda inovação e que se identifica com o puro irracionalismo, com o exagerado receio da razão. Há também, porém, um conservadorismo reformista e crítico que se não furta ao exame dos problemas de nosso tempo.

O conservadorismo tradicionalista e caturra não acredita na perfectibilidade humana e exalta escandalosamente os privilégios. A humanidade não muda fàcilmente de costumes como os inquilinos mudavam os seus andrajos naquele singular albergue de Hawthorne.

Ninguém convencerá a êsses conservadores empedernidos que, às vêzes, há conexão entre a virtude e o conhecimento. É que êles acreditam que só a lenta educação opera o aperfeiçoamento humano, só a lenta influência do exemplo histórico tem eficácia, e não a lei.

Para os conservadores tradicionalistas, numa sociedade, os apetites não serão dominados se não fôr dirigida por cavalheiros.

Cavalheiro ou *gentleman,* na definição de um dêles, é o homem que, apoiado na propriedade, tem consciência de seus direitos e deveres particulares e públicos.

Nada, portanto, mais antagônico ao homem-massa do que o *gentleman.* Nada mais inexistente do que a opinião pública como criação espontânea das massas, já que se forma, no modo de pensar do conservador, em tôrno dos cavalheiros.

Não precisamos mostrar, a exemplo de Laski, o perigo de ser *gentleman,* para refutar essa posição na sociedade contemporânea. O conservador *à outrance* merece ser empalhado e jogado num museu de velharias.

Saintsbury afirma que nem sempre podemos impedir que as coisas se dirijam para o diabo. Podemos fazer, porém, que elas caminhem lentamente, ou que deixem o caminho do diabo.

Na verdade, é possível deter a marcha diabólica. Isso podemos conquistar sem a pretensão de monopolizar a virtude política. Basta animar-nos o desejo de perfectibilidade, de mais moralidade pública, de mais educação, de mais justiça.

Se a maioria do nosso povo conseguir afagar êsse desêjo, a nossa democracia não será companheira incompatível da moral.

Impulsionado por êsse desejo de perfectibilidade, admitiremos a renovação nacional luminosamente antevista por Juarez Távora.

W. H. Mallock diz com muita propriedade que, quando o homem perde de vista os fins morais, começa sua degradação.

Higienizemos a vida pública brasileira, portanto. Nem tudo está perdido. Se os partidos políticos são, de certo modo, *gangs* que assaltam o Poder, se o dinheiro controla colégios eleitorais, ainda não chegamos ao ponto de anunciar pelos jornais a venda de votos, como faziam nos séculos XVIII e XIX os patrões dos "burgos pôdres", no dizer de Orlando M. Carvalho. (38)

---

(38) Orlando M. Carvalho, "Ensaios de Sociologia Eleitoral", pág. 46, B. Horizonte, 1958.

A industrialização transforma a estrutura parafeudal. Os partidos do centro devem fazer uma revisão nos seus princípios, readaptando-se à realidade, se quiserem disputar as massas eleitorais aos partidos populistas e extremistas.

A democracia brasileira está na dependência da capacidade de readaptação dêsses partidos do centro, de seu revisionismo inteligente, de seu patriótico reformismo. Se êsses partidos tiverem êxito em sua revisão, marcharemos para a consolidação da democracia.

EDIÇÕES DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Divulgam os resultados de suas pesquisas e trabalhos de autores nos seguintes campos:

— *Administração*
— *Economia*
— *Direito Administrativo*
— *Direito Público e Ciência Política*
— *Psicotécnica*

Através de obras avulsas e dos periódicos
— *Conjuntura Econômica (mensal)*
— *Revista Brasileira de Economia (Quadrimestral)*
— *Revista de Direito Administrativo — Idem*
— *Arquivos Brasileiros de Psicotécnica — Idem*
— *Revista de Direito Público e Ciência Política (semestral)*

VENDAS E ASSINATURAS EM SEU SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
Praia de Botafogo, 186 — Caixa Postal 4081
Rio de Janeiro, GB